DocuSign Envelope ID: 70B90117-199D-4FC5-B7D3-278CB270A741

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ 10.753.164/0001-43

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: 1. Contexto Operacional: A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Companhia") com sede e foro na Cidade de São Paulo, é uma Companhia Aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários que possui como objetivo social a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais, e a realização e/ou prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio prevista na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio, bem como a realização de operações em mercados derivativos. Também, a Companhia pode participar de qualquer outra Sociedade mediante deliberação do Conselho de Administração. As atividades da Companhia são geridas por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros e por um Conselho de Administração composto por 03 membros. A diretoria se reuniu tempestivamente durante todo o ano de 2021 para definir, principalmente, os termos e condições que seriam aplicados nas operações de Securitização de Recebíveis da Companhia, o que resultou em 45 (quarenta e cinco) novas emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs"), com valor financeiro de emissão de R$ 4.425.179.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e vinte e cinco milhões, cento e setenta e nove mil reais). O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se, ordinariamente, no mês de abril de 2021, para (i) Examinar e discutir as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2020, e Aprovar a destinação do lucro do exercício social de 2020 e a distribuição de dividendos. **2. Condições Econômicas da Companhia:** Durante o exercício social de 2021, a Companhia permaneceu com a sua atividade principal de securitização de recebíveis agrícolas, apresentando um lucro líquido de R$ 2.055 (dois milhões e cinquenta e cinco mil reais), o qual maior do que o lucro líquido da Companhia apurado no ano de 2020, em decorrência do momento econômico favorável para o agronegócio, bem como o aumento de operações de revolvência, que possuem uma margem de lucro superior às operações corporativas, as quais concentraram a maior parte das emissões de 2020. Abaixo, segue o comparativo do lucro líquido de 2021 da Companhia, com relação aos 3 últimos exercícios:

Lucro líquido do exercício e dos 03 (três) exercícios anteriores (em milhares de R$)

2021	2020	2019	2018
2.055	1.900	427	969

2.1 Política de reinvestimento de lucro e distribuição de dividendos: A Companhia não possui política de reinvestimento de lucro, bem como não tem acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Como regra do seu Estatuto Social, a Companhia distribui, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido, e o saldo, quando existe, é destinado na forma que deliberada pela sua Assembleia Geral. Nos últimos 3 exercícios, foi deliberada pela distribuição da totalidade do lucro líquido apurado pela Companhia. A Companhia tem capital social de R$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais). **2.2. Emissão de Dívidas:** Não foram emitidas, nem adquiridas, quaisquer Debêntures pela Companhia, bem como qualquer outro título de dívida que não seja Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs"), estes últimos com a devida implementação de Regime Fiduciário, mantendo as suas contabilizações em separado do patrimônio comum da Companhia. **3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas:** A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade. Neste sentido, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas. **4. Projetos Desenvolvidos:** Durante o ano de 2021, a Companhia permaneceu com as suas atividades de securitização de direitos creditórios agrícolas, para as quais foram emitidas 2 (vinte e sete) novas operações de CRAs. **5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa:** A Companhia não contratou serviços de empresas relacionadas ao auditor independente, exclusivamente para análise de carteiras de recebíveis de potenciais tomadores a serem usados como lastros em operações em diligência, não havendo, portanto, qualquer conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou o auditor independente para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras. **6. Transações com Partes Relacionadas:** Em relação as obrigações da Companhia em mútuos com suas Partes Relacionadas, a Companhia possui obrigações ligadas a rateios de despesas e valores a reembolsar originados no contexto do curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2021, o principal recebível da Companhia com partes relacionadas é o mútuo de R$ 353 com a Eco Consult:

	2021		2020	
Valores a receber/pagar	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Ecoagro Participações (a)	–	13	–	45
Eco Consult (b)	45	–	–	–
Mútuos a receber/pagar				
Ecoagro Participações	–	–	502	–
Eco Consult (c)	353	–	1.270	–
Total de partes relacionadas	**398**	**13**	**1.772**	**45**

(a) Representa o valor a pagar conforme contrato de rateio de despesas administrativas. (b) Representa valor a receber de despesas administrativas. (c) Representa o valor de mútuo decorrente de transações para viabilizar o fluxo de caixa das empresas do grupo, a pagar e a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. A Administração da Companhia pretende quitar o mútuo com a Eco Consult no montante de R$ 353 até 31 de março de 2022. **7. Considerações Finais e Perspectivas:** Para o ano de 2022, a Companhia continuará atuando com o objeto de securitização de direitos creditórios do agronegócio, buscando, em relação ao ano de 2021, um aumento na quantidade de novas séries de CRAs emitidas, bem como um aumento no volume financeiro que essas novas séries representarão, de forma a permanecer como líder deste mercado, mesmo diante do cenário econômico mundial. A Companhia revisou sua estratégia e reduziu o volume de novas operações com produtores rurais, onde era obtido margens mais elevadas. Por outro lado, a Companhia abriu novas frentes de negócios junto a outros segmentos da cadeia do Agronegócio. Essas novas frentes vêm se consolidando de forma contínua, e a expectativa é que estas continuem representando uma parcela importante do faturamento da empresa em 2022. Ao mesmo tempo, mudanças no perfil do investidor de CRA, a queda das taxas de juros no país, melhores condições climáticas e preços de commodities mais favoráveis apontam para o início de uma retomada no segmento dos produtores. A Companhia manteve sua posição de liderança de mercado de CRAs, apresentando volume de emissões superiores a R$ 20 bilhões. Com isso, a Companhia também aumenta o seu volume de receitas recorrentes que mais do que sustentam seus custos. É importante ressaltar que a Companhia não utiliza nenhum recurso bancário para financiar seu capital de giro, e tem procurado escalonar seus compromissos financeiros de acordo com o fechamento de suas operações. A Companhia continuará ao longo do ano de 2022 buscando a formação de parcerias estratégicas no desenvolvimento das suas atividades, atuando em estruturas adequadas tanto às necessidades de rentabilidade e segurança de investidores, quanto à demanda de recursos para produtores e empresas rurais, no custeio e comercialização das safras. **8. Agradecimentos:** Agradecemos a todos os envolvidos na consolidação das atividades da Companhia dentro do seu mercado de atuação, a todos os clientes, investidores e parceiros, que depositaram apoio e confiança.

São Paulo, 30 de março de 2022

Milton Scatolini Menten - Diretor Presidente

Cristian de Almeida Fumagalli - Diretor de Relação com Investidores

Balanços patrimoniais	Nota	2021	2020
Ativo/Circulante		**3.821**	**5.689**
Caixa e equivalentes de caixa	4	899	863
Clientes	5	42	262
(–) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa		–	(14)
Outros créditos	6	2.272	3.520
(–) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	6	(687)	(854)
Tributos correntes a recuperar	7	891	129
Despesas antecipadas	8	6	11
Créditos com partes relacionadas	9	398	1.772
Não circulante		**172**	**–**
Outros créditos	6	1.192	601
(–) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	6	(1.020)	(601)
Total do ativo		**3.993**	**5.689**

Balanços patrimoniais	Nota	2021	2020
Passivo/Circulante		**1.235**	**2.756**
Fornecedores		17	5
Obrigações tributárias	10	406	1.469
Obrigações com partes relacionadas	8	13	45
Dividendos		514	824
Outros passivos circulantes	11	285	413
Não circulante		**191**	**410**
Outros passivos não circulantes	11	191	410
Patrimônio líquido		**2.567**	**2.523**
Capital social	12.1	299	299
Reserva legal	12.2	60	60
Reserva de lucro	12.3	2.208	2.164
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.993**	**5.689**

Demonstração do resultado	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	14	6.580	7.006
(–) Custo dos serviços prestados	15	(977)	(961)
Resultado bruto		**5.603**	**6.045**
Despesas/receitas operacionais		(3.619)	(3.067)
Gerais e administrativas	16	(3.733)	(2.994)
Outras despesas/receitas operacionais		114	(73)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		1.984	2.978
Resultado financeiro		1.217	(52)
Receitas financeiras		1.272	3
Despesas financeiras		(55)	(55)
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.146)	(1.334)
Corrente		(1.146)	(1.334)
Lucro líquido do exercício		**2.055**	**1.592**
ON		0,02055	0,01592

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2018	299	60	727	–	1.086
Transações de Capital com os Sócios	–	–	–	(107)	(107)
Lucro líquido do período	–	–	–	427	427
Constituição de Reservas	–	–	320	(320)	–
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019	**299**	**60**	**1.047**	**–**	**1.406**
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2019	299	60	1.047	–	1.406
Dividendos	–	–	–	(475)	(475)
Lucro líquido do período	–	–	–	1.592	1.592
Constituição de Reservas	–	–	1.117	(1.117)	–
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	**299**	**60**	**2.164**	**–**	**2.523**
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2020	299	60	2.164	–	2.523
Dividendos	–	–	(1.497)	(514)	(2.011)
Lucro líquido do período	–	–	–	2.055	2.055
Constituição de Reservas	–	–	1.541	(1.541)	–
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	**299**	**60**	**2.208**	**–**	**2.567**

Demonstração do resultado abrangente	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		2.055	1.592
Resultados abrangentes dos exercícios		–	–
Resultado abrangente do exercício		**2.055**	**1.592**

Demonstração do fluxo de caixa	Nota	2021	2020
Caixa gerado nas operações			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		2.055	1.592
Ajustes ao lucro líquido do exercício			
(–) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa		238	1.469
Lucro líquido ajustado		2.293	3.061
Variações nos ativos e passivos		(1.310)	(1.466)
Redução de clientes		220	(79)
(Aumento) de tributos correntes a recuperar		(762)	40
(Aumento) de despesas antecipadas		5	19
Redução/(aumento) de outros créditos		657	(1.902)
Aumento de fornecedores		12	(24)
(Redução)/aumento de outras obrigações fiscais		(1.063)	751
Aumento de partes relacionadas à pagar		(32)	(82)
(Redução) de outros passivos		(347)	(189)
Caixa líquido das atividades operacionais		**983**	**1.595**
Atividades de investimento			
(Aumento)/redução de contas a receber de partes relacionadas		1.374	(975)
Caixa líquido atividades de investimento		**1.374**	**(975)**
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(2.321)	–
Caixa líquido atividades de financiamento		**(2.321)**	**–**
(Redução) de caixa e equivalentes		36	620
Saldo inicial de caixa e equivalentes	4	863	243
Saldo final de caixa e equivalentes	4	899	863

Demonstração de valor adicionado	Nota	2021	2020
Receitas		**7.296**	**7.738**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		7.335	7.738
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)		(39)	–
Insumos adquiridos de terceiros		**(4.538)**	**(2.621)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.113)	(2.621)
Perda/Recuperação de valores ativos		(1.425)	–
Valor adicionado bruto		**2.758**	**5.117**
Valor adicionado líquido produzido		**2.758**	**5.117**
Valor adicionado recebido em transferência		**1.534**	**(1.128)**
Resultado financeiro		1.534	(1.128)
Valor adicionado total a distribuir		**4.292**	**3.989**
Distribuição do valor adicionado		**4.292**	**3.989**
Pessoal		17	17
Remuneração direta		17	17
Impostos, taxas e contribuições		1.977	2.138
Federais		1.572	1.709
Estaduais		17	24
Municipais		388	405
Remuneração de capitais de terceiros		243	242
Aluguéis		159	158
Outros		84	84
Remuneração de capitais próprios		2.055	1.592
Dividendos		514	–
Lucros retidos do exercício		1.541	1.592

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Companhia") com sede e foro na Avenida Pedroso de Morais, nº 1.553 - 3° andar - Pinheiros, São Paulo na Cidade de São Paulo, é uma Sociedade por ações com registro na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em 15 de julho de 2009, que possui como objetivo social a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de recebíveis do agronegócio no mercado financeiro e de capitais, e a realização e/ou prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio prevista na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio. Também, a Companhia pode participar de qualquer outra Sociedade mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia está inserida em um grupo econômico onde a Ecoagro Participações S.A., empresa constituída com propósito único de deter participações em outras empresas é a controladora. A Companhia utiliza a prestação de serviços de consultoria realizada por empresa com o propósito único de prestar serviços não exclusivos, relativos à consultoria de operações financeiras agropecuárias ("Eco Consult - Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda."), também pertencente ao seu grupo econômico e controlada pela Ecoagro Participações S.A. A estrutura societária da Companhia, atende a função específica de cada companhia agir dentro do contexto em que cada uma está inserida na estrutura societária. A Companhia obtém receitas substancialmente da aquisição e venda de Operações para formação dos lastros dos Certificados de recebíveis do agronegócio ("CRAs") a emitir e prestação de serviços relacionados. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2022. **2.2. Reapresentação dos saldos comparativos:** Os saldos comparativos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentados devido à correção da Administração sobre a os critérios de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A Administração concluiu que ao realizar a estimativa e o cálculo da referida provisão, não estava considerando o valor justo e componente de financiamento de seus recebíveis ao longo do tempo, o que é diferente do entendimento anterior, o qual não considerava esses aspectos no cálculo da referida provisão. Com a mudança de interpretação, há reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 308. Com isto, os saldos de abertura foram adaptados, tendo seus efeitos na reapresentação dos comparativos resumidos abaixo:

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2020	Efeito da reapresentação
Circulante			
(–) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	(546)	(854)	308
Não circulante			
(–) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	(601)	(601)	–
Total	**(1.147)**	**(1.455)**	**308**

Patrimônio Líquido	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2020	Efeito da reapresentação
Reserva de lucro	2.472	2.164	(308)
Total	**2.472**	**2.164**	**(308)**

	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2020	Efeito da reapresentação
Demonstração de resultado			
Despesas/receitas operacionais	**(2.759)**	**(3.067)**	**(308)**
Gerais e administrativas	(2.686)	(2.994)	(308)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**3.286**	**2.978**	**(308)**
Lucro líquido do exercício	**1.900**	**1.592**	**(308)**

	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2020	Efeito da reapresentação
Demonstração do resultado abrangente			
Lucro líquido do exercício	1.900	1.592	(308)
Resultado abrangente do exercício	**1.900**	**1.592**	**(308)**

Reapresentado

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2019	299	60	727	–	1.086
Dividendos	–	–	–	(475)	(475)
Lucro líquido do período	–	–	–	1.592	1.592
Constituição de Reservas	–	–	1.117	(1.117)	–
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	**299**	**60**	**1.844**	**–**	**2.203**
Efeito da reapresentação	–	–	**797**	–	**797**

	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2020	Efeito da reapresentação
Demonstração de valor adicionado			
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.779)**	**(3.697)**	**918**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.779)	(2.621)	(158)
Perda/recuperação de valores de ativos	–	(1.076)	1.076
Valor adicionado recebido em transferência	**(1.191)**	**(52)**	**(1.139)**
Resultado financeiro	(1.191)	(52)	(1.139)
Valor adicionado total a distribuir	**3.768**	**3.989**	**221**
Distribuição do valor adicionado	**3.768**	**3.989**	**221**
Impostos, taxas e contribuições	**1.767**	**2.138**	**371**
Municipais	34	405	371
Remuneração de capitais de terceiros	**84**	**242**	**158**
Aluguéis	84	158	74
Outros	–	84	84
Remuneração de capital próprio	**1.900**	**1.592**	**(308)**
Lucros retidos do exercício	1.900	1.592	(308)
Total	**5.988**	**5.988**	**–**

	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2020	Efeito da reapresentação
Demonstração do fluxo de caixa			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	1.900	1.592	**(308)**
(–) Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	(768)	1.469	**2.237**
Lucro líquido ajustado	**1.132**	**3.061**	**1.929**
Variações nos ativos e passivos	**463**	**(1.466)**	**(1.929)**
Redução/(aumento) de outros créditos (i)	27	(1.902)	**(1.929)**
(Redução) de caixa e equivalentes			
Atividades de investimento	**797**	**(975)**	**(1.772)**
(Aumento)/redução de contas a receber de partes relacionadas (i)	797	(975)	**(1.772)**
(Redução) de caixa e equivalentes	**2.878**	**1.106**	**(1.772)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	243	243	–
Saldo final de caixa e equivalentes	2.635	863	(1.772)

(i) Na publicação de 2020, foi considerada variação do não circulante, incluído valor do circulante. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **3.3. Despesas antecipadas:** Representadas por contratos firmados entre prestadores e a Companhia, decorrentes de prestações de serviços pagas antecipadamente. As despesas são apropriadas para o resultado em função do prazo de cada contrato e à medida que os serviços são prestados. **3.4. Baixa de ativos:** O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros: • Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados são removidos do balanço; • Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros transferidos o cedente retém uma dívida subordinada. Os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida. Os recebíveis do agronegócio, lastros de operações de securitização, com constituição de patrimônio em separado, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, sem cláusula de coobrigação, foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs). Eventuais benefícios residuais são reconhecidos no ativo, de acordo com seus períodos de competência, líquido de eventuais provisões para garantias. **3.5. Instrumentos financeiros:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Transações de pagamentos a receber e instrumentos de dívida são inicialmente reconhecidos quando de sua originação. Todos os outros ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando a Companhia se torna contraparte do referido ativo ou passivo. Um instrumento financeiro é inicialmente reconhecido a valor justo acrescido de custos de transações que lhe são diretamente atribuíveis, exceto para instrumentos não avaliados a valor justo por meio do resultado. A Companhia reconhece o saldo de suas Transações a Receber por seu valor nominal, pois não há componente de juros/financiamentos significativo, bem como os títulos possuem prazo curto de recebimento (inferior a um ano), o que torna imaterial o componente de financiamento. ***Classificação e mensuração:*** Ativos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias baseadas no modelo de negócio em que estes ativos se inserem e nas características contratuais de seus fluxos de caixa: • Custo amortizado; • VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes); e • VJR (Valor Justo por Meio do Resultado). As seguintes categorias são aplicáveis aos ativos financeiros da Companhia: Custo amortizado - um ativo financeiro é mensurado através do custo amortizado se ele atende às seguintes condições e não é designado como VJR: É detido com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os seguintes ativos financeiros da Companhia são classificados desta maneira: • Caixa e equivalentes de caixa; • Contas a receber por serviços prestados; • Empréstimos/Partes Relacionadas. Após o reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é reduzido por perdas de *impairment*. Receitas com juros, variação cambial e perdas de *impairment* nestes ativos são reconhecidos no resultado. VJR - geralmente um ativo financeiro é mensurado a VJR se uma das seguintes condições são atendidas: i. Ele é mantido para fins outros que não o recebimento de fluxos de caixa contratuais ou decorrentes de sua venda; ou ii. Sua posse dá direito a fluxos de caixa que não decorrentes apenas de pagamentos do principal e de juros sobre o principal em aberto. A Companhia classifica os ativos financeiros apresentados em "Investimentos Financeiros" como VJR, já que o modelo de negócio em que eles se inserem não tem por objetivo a apropriação dos fluxos de caixa decorrentes de sua posse. Os ativos financeiros mais significativos nesta categoria são títulos públicos federais, quando aplicável. Após seu reconhecimento inicial, estes ativos financeiros são mensurados a valor justo. Ganhou ou perdas líquidas, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Ativos nesta categoria são classificados como circulantes. Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber por serviços prestados, outros créditos e tributos a recuperar. ***Impairment de ativos financeiros:*** A Administração revisa anualmente, ou quando necessário, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para *impairment* ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável esperado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de

continua

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 12/04/2022 | 20:30:47 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 70B90117-199D-4FC5-B7D3-278CB270A741

—☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica de gestão dos recebíveis e análise de crédito dos devedores da Companhia. Não obstante, a Administração da Companhia considera baixo o risco de crédito das operações apresentadas no Contas a Receber, devido ao risco atrelado no fluxo de caixa da securitização somado às garantias reais de cada operação. As provisões efetuadas consideram o atual momento macro e micro econômico, bem como a dificuldade em se determinar o prazo e valor de realização para retomada/venda dos lastros envolvidos. **3.6. Estimativas Contábeis:** As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas para devedores duvidosos, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. **3.7. Outros ativos e passivos circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação deve ocorrer nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.8. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados. As receitas compreendem o resultado de compra e venda de créditos agrícolas, bem como a prestação de serviços. **3.9. Apresentação das informações por segmentos:** A Companhia atua única e exclusivamente no segmento de securitização de direitos creditórios do agronegócio, motivo pelo qual não se aplica a apresentação das informações de segmentação requeridas pelo CPC 22. **3.10. Ajuste a valor presente:** O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, considerando o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. São utilizadas taxas de desconto que reflitam avaliações condizentes com o mercado. Na ausência de informações disponíveis de mercado, são utilizadas como referência operações similares, principalmente quanto aos prazos e fatores envolvidos. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados e constituídos com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, bem como de provisões não dedutíveis são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável. **3.12. Resultado por ação:** A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício ou período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação. Não há potenciais instrumentos e/ou ações ordinárias diluidoras e, consequentemente, resultado por ação básico é igual ao diluído.

3.13. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado na data em que tais dividendos são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às Companhias Abertas. **3.15. Novas normas, alterações e interpretações**

Data Efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2020	Definição de Negócio (alteração ao CPC 15/IFRS 3) Definição de Materialidade (alterações ao CPC 26/IAS e CPC 23/IAS 8) Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7)
1º de junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2021. **3.16. Novos pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros**: **IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS 17/CPC 50 para contratos de segmentos que visa substituir o IFRS 4/CPC 11. O IFRS 17/CPC 50 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. A Companhia acredita que não haverá impactos quando da adoção da norma considerando as suas operações. **Alteração da IFRS10/CPC36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (joint Ventures):** As alterações visam um alinhamento entre essas duas normas ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures). Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2021	2020
Depósitos bancários	105	861
Aplicações financeiras (i)	794	2
Total de caixa e equivalentes de caixa	**899**	**863**

(i) Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, sendo estas CDBs, emitidas por bancos de primeira linha e remuneradas 97% pelo DI e que possuem liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor das aplicações financeiras era de R$ 794 e R$ 2, respectivamente. **5. Clientes:** O valor de R$ 42 (R$ 262 em 31 de dezembro de 2020), refere-se aos serviços de estruturação prestados aos titulares das séries CRAs: 89, 93, 94, 98, 104, 105, 135, 7ª e 13ª emissão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de clientes é apresentado como segue:

Vencidas	2021	2020
Acima de 365 dias	–	14
A vencer	**42**	**248**
Total bruto	**42**	**262**
Total de provisão	**–**	**(14)**
Total líquido	**42**	**248**

Abaixo, demonstramos a movimentação da provisão para devedores duvidosos:

	2021	2020
Saldo inicial	**14**	**–**
Provisão constituída no exercício	18	14
Provisão revertida no exercício	(32)	–
Total	**–**	**14**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reforçou os controles internos sobre os valores a receber de Clientes, o que ocasionou a baixa dos valores em aberto e também a reversão integral da provisão para devedores duvidosos. **6. Outros créditos:** O valor de outros créditos de R$ 3.464, com provisão total para perda de créditos de liquidação duvidosa de R$ 1.707 (R$ 4.121 em 31 de dezembro de 2020 - sendo R$ 3.520 no curto prazo e R$ 601 no longo prazo, com constituição de provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa de R$ 1.455), refere-se, principalmente, à gastos com agente fiduciário, taxa de custódia, escrituração, taxa de registro e comissão para a [B]^3 e ainda serviços com cartório, a serem reembolsados pelos devedores dos CRAs.

	2021	2020
Ativo circulante	2.272	3.520
Ativo não circulante	1.192	601
Total bruto	**3.464**	**4.121**
Total de provisão	**(1.707)**	**(1.455)**
Saldo líquido	**1.757**	**2.666**

	2021	2020
A vencer	2.234	3.140
Vencidas - acima de 365 dias	1.230	981
Total	**3.464**	**4.121**

Para a constituição da provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa, a Administração da Companhia avaliou a capacidade financeira dos devedores dos CRAs e as garantias envolvidas nas operações. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi constituída provisão complementar para perda de créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 545 (R$ 709 em 31 de dezembro de 2020) e revertido o montante de R$ 253, considerando a política interna de provisão e levando em consideração também que a recuperabilidade de alguns créditos dependem da retomada e venda de imóveis que estão em processos de execução de créditos inadimplentes, relacionados às operações dos Patrimônios em Separado. Os recebimentos das operações adimplentes previstos pela Companhia seguem o fluxo inicialmente esperado de recebimento e não foram afetados de forma relevante pelos efeitos da Covid-19. Abaixo, demonstramos a movimentação da provisão para devedores duvidosos em Outros Créditos:

			2021	2020
Saldo inicial			**1.455**	**393**
Provisão constituída no exercício			551	1.076
Provisão revertida no exercício			(299)	(14)
Total			**1.707**	**1.455**
Devedor 1	359	10%	386	9%
Devedor 2	278	8%	335	8%
Devedor 3	267	8%	329	8%
Devedor 4	258	7%	291	7%
Devedor 5	195	6%	277	7%
Demais devedores	2.107	61%	2.503	61%
Total	**3.464**	**100%**	**4.121**	**100%**

7. Tributos a compensar:	2021	2020
IRPJ	16	15
IRRF	759	–
CSLL	51	49
ISS	65	65
Total de tributos a recuperar	**891**	**129**

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R$ 759 de IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte, refere-se ao imposto retido sobre os rendimentos dos resgates de aplicações de recursos dos Patrimônios Separados administrados pela Companhia.

8. Despesas antecipadas:	2021	2020
Agente fiduciário	–	11
Condomínio	6	–
Total de despesas antecipadas	**6**	**11**

9. Partes relacionadas: A Companhia está inserida em um grupo econômico onde a Ecoagro Participações S.A., empresa constituída com propósito único de deter participações em outras empresas, é sua controladora. Além disso, a Companhia utiliza a prestação de serviços de consultoria realizada por uma empresa com o propósito único de prestar serviços não exclusivos, relativos à consultoria de operações financeiras agropecuárias, a "Eco Consult - Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda.", também pertencente ao seu grupo econômico e controlada pela Ecoagro Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía créditos e obrigações junto às suas partes relacionadas, representados da seguinte forma:

	2021		2020	
Valores a receber/pagar	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Ecoagro Participações (a)	–	13	–	45
Eco Consult (b)	45	–	–	–
Mútuos a receber/pagar				
Ecoagro Participações	–	–	502	–
Eco Consult (c)	353	–	1.270	–
Total de partes relacionadas	**398**	**13**	**1.772**	**45**

(a) Representa o valor a pagar conforme contrato de rateio de despesas administrativas. (b) Representa valor a receber despesas administrativas. (c) Representa o valor de mútuo decorrente de transações para viabilizar o fluxo de caixa das empresas do grupo, a pagar e a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. A Administração da Companhia pretende quitar o mútuo com a Eco Consult no montante de R$ 353 até 31 de março de 2022. A Administração não obtém remuneração sobre os mútuos celebrados entre as suas partes relacionadas. As transações com partes relacionadas, conforme a sua natureza, sensibilizam as contas de resultado. Até 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidas despesas com partes relacionadas no montante de R$ 69 sendo, substancialmente, despesas gerais e administrativas objeto de rateio entre as empresa Eco Securitizadora e Ecoagro Participações.

10. Obrigações tributárias:		2021	2020
Provisão para contribuição social corrente		183	245
PIS, COFINS e ISS a recolher		138	266
IRPJ - Parcelamento (até 30/04/2022)	(i)	38	185
Impostos s/ terceiros		27	19
CSLL - Parcelamento (até 30/04/2022)	(ii)	14	67
IOF a recolher		4	4
Impostos s/ folha de pagamento		2	2
Provisão para imposto de renda corrente		–	681
Total de obrigações fiscais		**406**	**1.469**

i. Saldo de parcelamento de imposto de renda de R$ 38 no curto prazo. Este valor está composto por saldos a pagar de R$ 371 apurado em 31 de dezembro de 2016 e de R$ 125 apurado em fevereiro de 2017, acrescidos de multa e juros até a data-base de 31 de dezembro de 2021, os quais foram parcelados em 60 vezes, com vencimento até 30 de abril de 2022; ii. Saldo de parcelamento de contribuição social de R$ 14 no curto prazo. Este valor compreende o saldo a pagar de R$ 134 apurado em 31 de dezembro de 2016 e de R$ 45 apurado em fevereiro de 2017, acrescidos de multa e juros até a data-base de 31 de dezembro de 2021, os quais foram parcelados em 60 vezes, com vencimento até 30 de abril de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, os valores de Imposto de Renda apurados foram compensados através da utilização do IRRF sobre aplicações financeiras (Nota 7). **11. Outros passivos:** Em 31 de dezembro de 2021, o valor de outros passivos no passivo circulante é composto por obrigações relativas à estruturação dos CRAs, no montante de R$ 219 (R$ 407 em 31 de dezembro de 2020), as provisões para valores a pagar referente a prestação de serviços no valor de R$ 6 (R$ 6 em 31 de dezembro de 2020), e a outros pagamentos no valor de R$ 60 totalizando o saldo do grupo de Outros Passivos em R$ 285 (R$ 413 em 31 de dezembro de 2020). O montante que compõe o saldo de outras obrigações classificado no longo prazo, de R$191 (R$ 410 em 31 de dezembro de 2020), corresponde aos recebimentos de forma antecipada, ocorridos até 31 de dezembro 2021. As operações que o representam tais recebimentos antecipados são os CRAs séries números 75, 73, 84 da 1ª emissão e 4ª emissão de série única. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o saldo de R$ 514 de dividendo mínimo obrigatório a pagar, com previsão de pagamento durante o exercício de 2022. **12. Patrimônio líquido: 12.1. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2021, subscrito e totalmente integralizado é de R$ 299, representado por 100.000 ações ordinárias e sem valor nominal. A Companhia apresenta o seguinte quadro acionário:

Acionistas	Quantidade de ações	(em R$)
Ecoagro Participações S.A.	99.999	298.997
Moacir Ferreira Teixeira	1	3
Total	**100.000**	**299.000**

12.2. Reserva legal: A reserva legal é composta pela destinação de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício, até o limite de 20% do capital, tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo em reserva legal é de R$ 60. **12.3. Reserva de lucros:** A reserva de lucros é composta pela destinação do lucro líquido auferido no exercício, após a constituição da Reserva Legal e distribuição dos dividendos propostos. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em reserva de lucros é de R$ 2.208 (R$ 2.164 em 31 de dezembro de 2020). **12.4. Dividendos:** O estatuto social da Companhia determina que será distribuído aos Acionistas, como dividendo obrigatório em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia destinou o valor de R$ 514 como dividendos a distribuir. Em 02 de julho de 2021, foi pago o montante de R$ 747 de dividendos sobre os lucros acumulados nos exercícios de 2018, 2019 e de 2020. Além disso, nessa mesma data, foi realizada a distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ 1.497, os quais foram apurados sobre parte dos lucros acumulados no exercício de 2020. Em 31 de dezembro de 2021, foram destinados para distribuição o montante de R$ 514 (R$ 475 em 2020). **13. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal do período:

	2021	2020
Resultado atribuível aos acionistas	2.055	1.592
Número de ações ordinárias	100.000	100.000
Resultado por ação (em reais - R$)	0,02055	0,01592

14. Receita operacional: A prestação de serviços da Companhia é relacionada à estruturação das operações de securitização:

	2021	2020
Receita bruta de venda de serviços	7.335	7.738
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	(755)	(732)
Total da receita líquida de serviços	**6.580**	**7.006**

A Companhia apura PIS em 0,65%, COFINS de 4,00% e ISS entre 2% e 5% no município de São Paulo, sobre as receitas brutas de prestação de serviço. **15. Custo dos serviços prestados:** Os custos dos serviços prestados estão compostos da seguinte forma:

	2021	2020
Agente fiduciário	(163)	(128)
Análise de risco	(146)	(96)
Avaliação técnica de imóvel	(44)	–
Consultoria jurídica	(43)	–
Monitoramento agrícola	(25)	(15)
Serviços de originação	(10)	–
Serviços bancários e de custódia	(426)	(611)
Taxa de escrituração	(87)	(61)
Outros serviços especializados	(29)	–
Despesas com cartórios	(4)	–
Total dos custos dos serviços vendidos (a)	**(977)**	**(961)**

A composição dos custos com serviços prestados está representada por serviços de assessoria jurídica, em operações concretizadas pela Companhia, que abrange elaboração de documentação suporte das transações e suas garantias, serviços de coordenação e distribuição para oferta pública de CRAs, serviços de supervisão da produção, corte, colheita, transporte, armazenagem e entrega dos produtos indicados (lastros) nos contratos de garantia, análises de captação de potenciais clientes relacionados às operações não corporativas, entre outros.

16. Despesas gerais e administrativas:	2021	2020
Assessoria contábil e auditoria	(1.478)	(1.006)
Outras Perdas (*)	(872)	
PCLD constituída no exercício	(551)	(1.076)
Despesas de instalações	(263)	(276)
Outras despesas administrativas	(172)	(282)
Honorários da diretoria	(84)	(84)
Despesas com órgãos reguladores	(69)	(67)
Outros serviços especializados	(67)	(44)
Publicações gerais	(63)	(25)
Despesas com cartórios	(42)	(107)
Despesas de pessoal	(17)	(17)
Despesas de processamento de dados	(15)	(10)
Total das despesas gerais e administrativas	**(3.693)**	**(2.994)**

(*) O valor de Outras Perdas, no montante de R$ 872 no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, refere-se à valores que seriam reembolsados pelos devedores dos CRAs, com despesas de agente fiduciário e de custódia, os quais a administração da Companhia optou por baixar para perda após realizar diversos esforços para a recuperação dos mesmos. **17. Contingências:** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há processos judiciais que justifiquem a necessidade de constituição de provisão, ou a sua divulgação nas demonstrações financeiras.

18. Imposto de renda e contribuição social:

	2021		2020	
Bases de cálculo	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Resultado antes da tributação	3.201	3.201	3.234	3.234
Adições (exclusões)	240	240	759	759
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**3.441**	**3.441**	**3.993**	**3.993**
Imposto de renda (15%)	(516)	–	(599)	–
Imposto de renda adicional (10%)	(320)	–	(375)	–
Contribuição social (9%)	–	(310)	–	(359)
Total	**(836)**	**(310)**	**(974)**	**(359)**

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de Imposto de Renda apurados foram compensados através da utilização do IRRF sobre aplicações financeiras (Nota 7). **19. Operações securitizadas - Direitos Creditórios do Agronegócio (DCA) e Certificados de Recebíveis do Agronegócios (CRA):** Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em atendimento a essa disposição, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia deixou de fazer constatar nas suas notas explicativas, as apresentações vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizar as demonstrações financeiras individuais de cada patrimônio em separado, acompanhadas do respectivo relatório de auditoria, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social dos respectivos patrimônios separados ativos. Pelo regime fiduciário, os direitos creditórios ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados com propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. O ativo e passivo são atualizados quanto aos rendimentos e encargos financeiros, respectivamente, e controlados em patrimônio separado. Abaixo está apresentada a relação dos patrimônios separados sob gestão da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Série	Emissão	Vencimento	Série	Emissão	Vencimento
60	15/09/2014	30/10/2020	1 - 2ª Emissão	07/11/2018	30/12/2021
61	15/09/2014	30/10/2020	2 - 2ª Emissão	07/11/2018	30/12/2021
65	01/12/2014	30/05/2018	3 - 2ª Emissão	07/11/2018	30/12/2021
66	13/03/2015	30/05/2022	1 - 4ª Emissão	19/12/2018	28/06/2024
67	13/03/2015	30/05/2022	1 - 5ª Emissão	15/04/2019	18/04/2023
81	23/06/2016	23/06/2023	2 - 5ª Emissão	15/04/2019	16/04/2025
88	16/07/2016	15/06/2021	1 - 6ª Emissão	15/02/2019	17/02/2023
89	15/08/2016	15/08/2023	1 - 7ª Emissão	08/04/2019	15/12/2025
93	15/12/2016	17/01/2022	2 - 7ª Emissão	08/04/2019	15/12/2025
94	15/12/2016	15/12/2023	1 - 9ª Emissão	25/03/2019	30/11/2022
102	02/12/2016	07/11/2017	2 - 9ª Emissão	25/03/2019	30/11/2022
103	02/12/2016	07/11/2017	3 - 9ª Emissão	25/03/2019	30/11/2022
104	24/02/2017	24/02/2022	1 - 11ª Emissão	21/05/2019	30/08/2022
105	28/03/2017	28/03/2022	2 - 11ª Emissão	21/05/2019	30/08/2022
109	26/12/2016	16/03/2023	3 - 11ª Emissão	21/05/2019	30/08/2022
110	26/12/2016	16/03/2023	1 - 12ª Emissão	09/08/2019	18/11/2025
111	21/12/2016	27/05/2022	2 - 12ª Emissão	09/08/2019	18/11/2025
112	26/01/2017	05/01/2021	1 - 13ª Emissão	07/05/2019	16/04/2026
114	17/04/2017	18/04/2022	2 - 13ª Emissão	07/05/2019	16/04/2026
115	17/04/2017	15/04/2024	1 - 14ª Emissão	20/05/2019	31/05/2024
124	14/07/2017	28/06/2024	1 - 15ª Emissão	19/08/2019	20/08/2024
125	14/07/2017	28/06/2024	1 - 17ª Emissão	02/12/2019	18/12/2026
135	20/12/2017	20/12/2023	1 - 18ª Emissão	12/11/2019	17/11/2027
136	21/08/2017	18/04/2022	1 - 21ª Emissão	14/02/2020	19/02/2026
137	17/12/2017	20/12/2021	1 - 22ª Emissão	27/08/2019	28/02/2023
144	27/10/2017	30/05/2023	1 - 23ª Emissão	15/11/2019	18/11/2024
145	27/10/2017	30/05/2023	2 - 23ª Emissão	15/11/2019	16/11/2026
154	18/06/2018	22/04/2024	2 - 24ª Emissão	04/09/2019	30/11/2022
163	10/04/2018	12/04/2022	3 - 24ª Emissão	04/09/2019	30/11/2022
164	10/04/2018	11/04/2023	3 - 25ª Emissão	04/10/2019	20/12/2022
168	20/04/2018	25/04/2022	1 -26ª Emissão	14/11/2019	17/11/2025
169	11/06/2018	15/06/2022	2 -28ª Emissão	26/03/2020	31/08/2023
176	15/10/2018	19/10/2022	3 -28ª Emissão	26/03/2020	31/08/2023
1 - 2ª Emissão	07/11/2018	30/12/2021	1 - 30ª Emissão	11/12/2019	20/12/2022

Série	Emissão	Vencimento	Série	Emissão	Vencimento
2 -28ª Emissão	26/03/2020	31/08/2023	1 - 53ªEmissão	18/05/2020	16/05/2025
3 -28ª Emissão	26/03/2020	31/08/2023	1 - 54ªEmissão	12/06/2020	15/06/2027
1 - 30ª Emissão	11/12/2019	20/12/2022	1 - 58ªEmissão	20/08/2020	30/08/2027
2 - 30ª Emissão	11/12/2019	20/12/2022	2 - 58ªEmissão	20/08/2020	30/08/2027
3 - 30ª Emissão	11/12/2019	20/12/2022	1 - 59ªEmissão	29/03/2021	19/06/2023
1 - 31ª Emissão	16/12/2019	29/05/2023	2 - 59ªEmissão	29/03/2021	19/06/2023
2 - 31ª Emissão	16/12/2019	29/05/2023	3 - 59ªEmissão	29/03/2021	19/06/2023
1 - 35ª Emissão	18/12/2019	20/12/2022	1 - 60ªEmissão	18/12/2020	16/12/2024
2 - 35ª Emissão	18/12/2019	20/12/2022	1 - 61ª Emissão	22/09/2020	20/12/2023
3 - 35ª Emissão	18/12/2019	20/12/2022	2 - 61ªEmissão	22/09/2020	20/12/2023
1 - 36ª Emissão	15/12/2020	17/02/2025	3 - 61ªEmissão	22/09/2020	20/12/2023
2 - 36ª Emissão	15/12/2020	17/02/2025	1 - 65ª Emissão	02/10/2020	30/08/2023
1 - 37ª Emissão	12/02/2020	15/03/2024	2 - 65ª Emissão	02/10/2020	30/08/2023
1 - 38ª Emissão	11/12/2019	05/12/2023	3 - 65ª Emissão	02/10/2020	30/08/2023
2 - 38ª Emissão	11/12/2019	05/12/2024	1 - 69ª Emissão	16/11/2020	16/11/2026
1 - 39ª Emissão	11/12/2019	20/12/2022	1 - 70ª Emissão	06/11/2020	06/11/2024
2 - 39ª Emissão	11/12/2019	20/12/2022	1 - 71ª Emissão	15/12/2020	31/03/2022
3 - 39ª Emissão	11/12/2019	20/12/2022	1 - 72ª Emissão	16/11/2020	26/08/2025
1 - 40ª Emissão	17/12/2019	20/12/2022	1 - 73ª Emissão	17/11/2020	30/11/2023
2 - 40ª Emissão	17/12/2019	20/12/2022	2 - 73ª Emissão	17/11/2020	30/11/2023
3 - 40ª Emissão	17/12/2019	20/12/2022	3 - 73ª Emissão	17/11/2020	30/11/2023
1 - 42ª Emissão	17/12/2019	08/02/2023	4 - 73ª Emissão	17/11/2020	30/11/2023
2 - 42ª Emissão	17/12/2019	08/02/2023	1 - 74ª Emissão	18/02/2021	26/08/2026
3 - 42ª Emissão	17/12/2019	08/02/2023	2 - 74ª Emissão	18/02/2021	26/08/2026
1 - 45ª Emissão	15/12/2020	30/06/2025	1 - 75ª Emissão	18/11/2020	28/10/2024
2 - 45ª Emissão	15/12/2020	30/06/2025	2 - 75ª Emissão	18/11/2020	28/10/2026
3 - 45ª Emissão	15/12/2020	30/06/2025	1 - 76ª Emissão	18/11/2021	26/10/2026
1 - 48ª Emissão	15/07/2020	15/07/2025	1 - 78ª Emissão	16/12/2020	29/12/2023
1 - 49ª Emissão	20/05/2020	30/11/2023	2 - 78ª Emissão	16/12/2020	29/12/2023
2 - 49ª Emissão	20/05/2020	30/11/2023	3 - 78ª Emissão	16/12/2020	29/12/2023
3 - 49ª Emissão	20/05/2020	30/11/2023	1 - 81ª Emissão	23/11/2020	18/11/2030
1 - 51ª Emissão	30/06/2020	29/12/2023	1 - 82ª Emissão	09/03/2021	15/03/2027
2 - 51ª Emissão	30/06/2020	29/12/2023	1 - 84ª Emissão	15/05/2021	15/05/2026
3 - 51ª Emissão	30/06/2020	29/12/2023	1 - 85ª Emissão	19/03/2021	26/03/2029
1 - 86ª Emissão	28/05/2021	28/06/2024	2 - 113ª Emissão	15/12/2021	30/12/2025
2 - 86ª Emissão	28/05/2021	28/06/2024	3 - 113ª Emissão	15/12/2021	30/12/2025
3 - 86ª Emissão	28/05/2021	28/06/2024	1 - 114ª Emissão	03/09/2021	15/09/2025
1 - 87ª Emissão	19/04/2021	30/08/2024	1 - 115ª Emissão	14/09/2021	15/09/2027
2 - 87ª Emissão	19/04/2021	30/08/2024	1 - 116ª Emissão	15/07/2021	15/10/2027
3 - 87ª Emissão	19/04/2021	30/08/2024	1 - 117ª Emissão	21/09/2021	15/10/2024
1 - 88ª Emissão	24/05/2021	01/07/2022	1 - 118ª Emissão	25/11/2021	22/12/2025
2 - 88ª Emissão	24/05/2021	01/07/2022	1 - 119ª Emissão	28/10/2021	31/08/2026
3 - 88ª Emissão	24/05/2021	01/07/2022	2 - 119ª Emissão	28/10/2021	31/08/2026
1 - 89ª Emissão	17/06/2021	17/06/2025	3 - 119ª Emissão	28/10/2021	31/08/2026
1 - 90ª Emissão	06/05/2021	15/05/2026	1 - 120ª Emissão	15/11/2021	16/11/2026
1 - 91ª Emissão	22/04/2021	25/03/2026	2 - 120ª Emissão	15/11/2021	16/11/2028
1 - 92ª Emissão	11/05/2021	16/05/2031	1 - 121ª Emissão	18/10/2021	15/10/2027
1 - 94ª Emissão	02/06/2021	30/09/2022	1 - 122ª Emissão	22/10/2021	18/11/2026
2 - 94ª Emissão	02/06/2021	30/09/2022	1 - 127ª Emissão	08/11/2021	30/12/2025
1 - 95ª Emissão	04/06/2021	30/08/2024	2 - 127ª Emissão	08/11/2021	30/12/2025
2 - 95ª Emissão	04/06/2021	30/08/2024	3 - 127ª Emissão	08/11/2021	30/12/2025
3 - 95ª Emissão	04/06/2021	30/08/2024	1 - 129ª Emissão	15/12/2021	30/12/2025
1 - 98ª Emissão	17/06/2021	16/06/2028	2 - 129ª Emissão	15/12/2021	30/12/2025
1 - 100ª Emissão	29/06/2021	25/06/2026	3 - 129ª Emissão	15/12/2021	30/12/2025
1 - 101ª Emissão	16/08/2021	18/08/2027	1 - 130ª Emissão	28/10/2021	07/11/2022
1 - 102ª Emissão	16/07/2021	26/10/2026	2 - 130ª Emissão	28/10/2021	07/11/2022
1 - 103ª Emissão	24/08/2021	20/09/2024	3 - 130ª Emissão	28/10/2021	07/11/2022
1 - 104ª Emissão	20/07/2021	15/07/2031	1 - 134ª Emissão	21/12/2021	30/12/2025
1 - 105ª Emissão	21/10/2021	30/06/2026	2 - 134ªEmissão	21/12/2021	30/12/2025
2 - 105ª Emissão	21/10/2021	30/06/2026	3 - 134ªEmissão	21/12/2021	30/12/2025
1 - 107ª Emissão	23/07/2021	30/12/2024	1 - 136ª Emissão	21/12/2021	30/12/2025
2 - 107ª Emissão	23/07/2021	30/12/2024	2 - 136ª Emissão	21/12/2021	30/12/2025
3 - 107ª Emissão	23/07/2021	30/12/2024	1 - 139ª Emissão	23/11/2021	29/11/2022
1 - 108ª Emissão	16/08/2021	22/12/2025	2 - 139ª Emissão	23/11/2021	29/11/2022
1 - 110ª Emissão	27/08/2021	20/12/2024	3 - 139ª Emissão	23/11/2021	29/11/2022
2 - 110ª Emissão	27/08/2021	20/12/2024	1 - 142ª Emissão	21/12/2021	15/12/2027
3 - 110ª Emissão	27/08/2021	20/12/2024	1 - 145ª Emissão	22/12/2021	30/12/2025
1 - 111ª Emissão	15/10/2021	16/11/2026	2 - 145ª Emissão	22/12/2021	30/12/2025
1 - 113ª Emissão	15/12/2021	30/12/2025	3 - 145ª Emissão	22/12/2021	30/12/2025

20. Instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por: (a) Caixa e equivalentes de caixa: conforme descritos na nota explicativa nº 4; (b) Contas a receber, títulos e valores mobiliários e outros créditos: conforme descritos nas notas explicativas nº 5 e nº 6;

continua —☆

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 12/04/2022 | 20:30:54 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 70B90117-199D-4FC5-B7D3-278CB270A741

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Instrumentos financeiros por categorias:

			2021		2020	
Natureza	**Classificação**	**Hierarquia**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Ativo						
Aplicações financeiras	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	794	794	2	2
Clientes	Custo Amortizado		42	42	262	262
Outros créditos	Custo Amortizado		1.757	1.757	2.960	2.960
			2.593	2.593	3.224	3.224
Passivo						
Contas a pagar	Custo Amortizado		493	493	828	828
			493	493	828	828

20.1. Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os fundos de investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada. A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados. Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual. **Hierarquia do valor justo:** A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado: • **Nível 1** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. • **Nível 3** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. **20.2. Considerações gerais:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais. **20.3. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros:** Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2. O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados. O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseados em análises dos fluxos de caixa descontados. **20.4. Gestão de riscos financeiros:** A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. ***20.4.1. Derivativos:*** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos. ***20.4.2. Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber e despesas reembolsáveis. Assim, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes (COI) para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base (provável) e mais dois cenários crescentes e decrescentes de 25% (alternativo) e 50% (remoto) das variáveis consideradas. Considerando os níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses, foram utilizados os indexadores apresentados no relatório Focus do Banco Central do Brasil para elaboração do cenário base. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os ativos e passivos líquidos, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador	**Queda de 50%**	**Queda de 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
CDI	4,63%	6,94%	9,25%	11,56%	13,88%
IPCA	5,01%	7,51%	10,01%	12,51%	15,02%
IGP-M	8,74%	13,10%	17,47%	21,84%	26,21%
Selic	4,63%	6,94%	9,25%	11,56%	13,88%

	Saldo líquido 31/12/21	**Queda de 50%**	**Queda de 25%**	**Cenário Provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
Ativos e passivos líquidos						
CDI	794	831	849	867	886	904
IPCA	–	–	–	–	–	–
IGP-M	–	–	–	–	–	–
Selic	–	–	–	–	–	–
Total	**794**	**831**	**849**	**867**	**886**	**904**

20.4.3. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis. Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez. ***20.4.4. Risco de mercado:*** Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo o CDI nas aplicações financeiras e a de juros taxa prefixada para os outros ativos financeiros. **21. Outros assuntos:** Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia tem avaliado internamente os impactos da COVID-19 em seus negócios, principalmente nas questões relacionadas à logística e carregamentos de safras e insumos, tendo em vista os decretos municipais e estaduais e fechamento de fronteiras que limitam a circulação de mercadorias e manutenção de alguns serviços industriais e de armazenagem. Além disso, com os impactos cambiais resultantes do atual cenário global, a alta do dólar deve interferir nos custos da produção de insumos agrícolas e, possivelmente, observaremos impactos parciais na pontualidade dos pagamentos. **22. Eventos subsequentes:** A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2021.

Diretoria

Milton Scatolini Menten - Diretor-Presidente

Cristian de Almeida Fumagalli - Diretor de Relação com Investidores

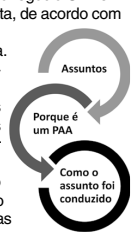
Contador

José Luiz Gonzaga - CRC 1SP132.371/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Eco Securitizadora de Direitos do Agronegócio S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Eco Securitizadora de Direitos do Agronegócio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco Securitizadora de Direitos do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Receita de prestação de serviços

Conforme descrito nas notas explicativas 3.8 e 14, a Companhia reconhece suas receitas em decorrência da prestação de serviços relacionados a estruturação e administração das operações de securitizações. Essas receitas são apuradas de acordo com as definições previstas nos termos de securitização. Dessa forma, a mensuração e reconhecimento dessas receitas foram efetuadas considerando a determinação prevista na documentação de cada operação de securitização, de acordo com a avaliação efetuada pela administração quanto ao efetivo cumprimento de performance na prestação dos serviços. Devido a relevância dos valores de receita de prestação de serviços e uso do julgamento por parte da administração quanto ao cumprimento de performance, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram: (i) o entendimento dos controles internos e procedimentos aplicados a avaliação do cumprimento de performance de cada operação e na mensuração dos valores de receita a serem reconhecidos; (ii) avaliação sobre o desenho e a implementação dos controles internos considerados relevantes no processo de avaliação do cumprimento de performance e na mensuração das receitas a serem reconhecidas; e (iii) avaliação do desenho e implementação dos controles estabelecidos para a cobrança e controle dos valores a receber de relativos a prestação dos serviços. Efetuamos, em base amostral, testes de recálculo dos valores apropriados como receitas e a inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado, bem como seus respectivos comprovantes de liquidação. Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração e reconhecimento dessas receitas são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 31 de março de 2021, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2021, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.2 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2020 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador - CRC 1PR050377/O-6

DocuSigned by:
O ESTADO DE SÃO PAULO
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 90616741872
Data/Hora da Assinatura: 12/04/2022 | 20:30:59 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/